



**JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO E O MOVIMIENTO DE
LIBERACIÓN NACIONAL TUPAMAROS (MLN-T)**

**JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO AND THE NATIONAL
LIBERATION MOVEMENT TUPAMAROS (MLN-T)**

Bruno Marinho Trindade*

Cristiane Medianeira Ávila Dias**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a vinculação política do ex-coronel do Exército Brasileiro, Jefferson Cardim de Alencar Osório, com o *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (MLN-T). No Brasil, Cardim integrou a esquerda nacionalista, participando da Campanha da Legalidade (1961) e da Guerrilha de Três Passos (1965). Após fugir da prisão, em 1968, o ex-coronel seguiu para o exílio, realizando uma série de viagens a países da América Latina, África e Europa, com o objetivo de obter apoio para o movimento revolucionário brasileiro. Em 1970, Cardim retornou ao Uruguai, onde estabeleceu contato com o MLN-T. As fontes utilizadas no artigo foram documentos repressivos e depoimentos. O referencial teórico baseia-se no Terrorismo de Estado (TDE), com ênfase para os conceitos de inimigo interno e fronteiras ideológicas.

Palavras – chaves: Jefferson Cardim. Exílio. Terrorismo de Estado.

Abstract: This article aims to analyze the political connection of former colonel of the Brazilian Army, Jefferson Cardim de Alencar Osório, with the National Liberation Movement Tupamaros (MLN-T). In Brazil, Cardim joined the left-wing nationalist, participating in the Legality Campaign (1961) and the Três Passos Guerrilla (1965). After escaping from prison in 1968, the former colonel went to exile, making a series of trips to Latin American, African and European countries, with the aim of obtaining support for the Brazilian revolutionary movement. In 1970, Cardim returned to Uruguay, where he established contact with the MLN-T. The sources used in the article were repressive documents and depositions. The theoretical framework is based on State Terrorism (TDE), with emphasis on the concepts of internal enemy and ideological boundaries.

Keywords: Jefferson Cardim. Exile. State Terrorism.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: brunomt10@gmail.com.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). E-mail: cristiane-historia@hotmail.com.

Considerações iniciais

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma análise sobre a aproximação política entre Jefferson Cardim de Alencar Osório¹ e integrantes do *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (MLN-T), no Uruguai, em 1970. Oficial do Exército Brasileiro desde a década de 1930 e engajado em lutas políticas de cunho nacionalista, como na defesa da exploração do petróleo pela Petrobrás, a trajetória política do ex-coronel ganhou evidência no cenário brasileiro devido a sua participação na Campanha da Legalidade, em 1961, e na chamada Guerrilha de Três Passos, em 1965. Preso após esse evento, Cardim fugiu em 1968, e se exilou no México, de onde viajou, posteriormente, para outros países da América Latina, África e Europa com a finalidade de buscar apoio de partidos e organizações de esquerda estrangeiras, para o movimento revolucionário que pretendia estruturar em território brasileiro.

No início da década de 1970, Jefferson Cardim viajou para o Uruguai, onde estabeleceu contato com integrantes do MLN-T, que, também defendiam a luta armada como a única via capaz de promover mudanças estruturais na sociedade. A hipótese deste artigo é que o aparato repressivo montado pela Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional Brasileira tinha um interesse especial nessa vinculação, com o fim de evitar a possibilidade do MLN-T fornecer apoio ao ex-coronel para retomar a luta armada no Brasil, estimulando formação de um movimento revolucionário de caráter regional. Por essa razão, o aparato repressivo estatal brasileiro designou agentes do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) para monitorar as atividades de Cardim no país vizinho.

As fontes históricas utilizadas para compor esse artigo foram os depoimentos de Jefferson Cardim, fornecido ao Coojornal² e de seu filho, Jefferson Lopetegui de Alencar Osório³, prestado aos consultores da Comissão Nacional da Verdade (CNV).⁴ Além dos informes produzidos pelo CIEEX, sobre as atividades do ex-coronel no Uruguai e um documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). A respeito dessas fontes, destaca-se que os depoimentos foram analisados a partir do que Le Goff denominou como “memória condicionada” (1990, p. 368), e os documentos do CIEEX estão sendo entendidos a partir do que Catela definiu como “arquivos da repressão” (2002, p. 210).

¹ No restante do artigo, o ex-coronel irá ser chamado de Jefferson Cardim.

² Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

³ No restante do artigo, o filho do ex-coronel será chamado de Jefferson Osório.

⁴ OSÓRIO, Jefferson. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Jefferson_Lopetegui_de_alencar_osorio_16.01.2013.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

Para estruturar tais informações, o presente trabalho foi dividido em duas seções. A primeira aborda a trajetória política de Jefferson Cardim no Brasil, entre 1961 e 1968, quando ele parte em direção ao exílio no México e as viagens que realizou para o Uruguai, no início dos anos 70. A segunda trata do MLN-T e do posicionamento que o grupo adotava no cenário político uruguaio desse período, que permitiu o estabelecimento de contatos políticos com Cardim no país vizinho.

As forças armadas brasileiras antes e depois do golpe civil-militar de 1964 e as ações políticas de Jefferson Cardim

O início da década de 1960 foi um período particularmente conturbado na história do Brasil e da América Latina, em razão dos desdobramentos da Guerra Fria. Com isso, o governo dos Estados Unidos da América (EUA), temendo um alinhamento político-ideológico dos países latino-americanos a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a exemplo do que ocorreu com Cuba após a Revolução de 1959, passou a atuar com mais intensidade junto às Forças Armadas dessa região, propagandeando, por meio dos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁵, o perigo que o comunismo poderia representar para a estabilidade política de todo o continente.

Um exemplo dessa atuação estadunidense é o papel do general Golbery do Couto e Silva, principal teórico da DSN no Brasil, que afirmava haver uma nova tática utilizada pelo comunismo para a conquista do mundo ocidental: a “guerra limitada” ou “subversiva”. Para Golbery, nesse tipo de conflito a tarefa da União Soviética consistia em incitar os descontentamentos sociais e a formação de movimentos de oposição nos países da América Latina que, mais tarde, desencadeariam a guerra subversiva em seus territórios nacionais. No decorrer dos anos 60, o aumento da miséria estimulou o perigo insurrecional e a possibilidade de instauração de “um governo favorável à ideologia comunista”. Nesse contexto, as Forças Armadas brasileiras deveriam se alinhar aos interesses dos Estados Unidos para combater a expansão do regime soviético na região (SILVA, 1981, p. 193).

A influência da DSN no setor das Forças Armadas estava concentrada principalmente na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949 com o apoio dos Estados Unidos. Essa aproximação entre os dois países ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945),

⁵ “A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) era uma espécie de “esqueleto teórico”, que baseava suas prerrogativas na Guerra Fria e na existência de um conflito permanente entre dois mundos inimigos: mundo comunista e bárbaro, representado pela União Soviética, em oposição ao mundo livre, ocidental e capitalista, representado pelos Estados Unidos” (PADRÓS, 2005, p. 185).

quando oficiais brasileiros alinharam-se ideologicamente aos estadunidenses, fascinados por sua máquina de guerra. Destaca-se que os oficiais formados nessa escola integravam os grupos que, reunidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), se organizaram para derrubar o presidente João Goulart com o golpe civil-militar, no início de 1964 (COMBLIN, 1978).

Cabe destacar que, na percepção da DSN, o cidadão apenas se caracterizava como tal quando tomava consciência do seu pertencimento à nação, uma comunidade coesa e harmônica, sem conflitos sociais, capacitada a atender e satisfazer todas as suas demandas. Por seu turno, o sujeito que discordava publicamente dessa concepção, como foi o caso de Jefferson Cardim, passava a ser considerado um “mau brasileiro”, propagador de “ideologias estranhas”, que precisava ser combatido pelo aparato repressivo estatal. Essa repressão ocorria tanto em âmbito interno quanto externo, pois o conceito de “fronteiras ideológicas”, gerado pela mesma doutrina, salientava a necessidade do “inimigo interno” ser perseguido onde se encontrasse, em solo nacional ou estrangeiro.

Apesar de preponderante no interior das Forças Armadas brasileiras, a DSN não tinha total adesão entre os militares. Porque desde meados da década de 1940, com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por Getúlio Vargas, as ideias de viés nacionalista passaram também a exercer uma considerável influência sobre os militares graduados e, em menor grau, sobre os oficiais.⁶ Neste último caso, destaca-se a tese do general Júlio Caetano Horta Barbosa, que defendia o monopólio estatal na exploração do petróleo, como uma das formas de tornar o País independente economicamente.

A presença dessas ideias entre os militares provocou tensão dentro dos quartéis nas décadas seguintes, com uma ala se opondo às premissas da DSN, defendida pela maior parte da oficialidade. Isso pode ser exemplificado pelas discussões entre os militares, sobre a exploração petrolífera. Por uma parte, Sodré observa que, “[...] após profunda desmoralização do comunismo, colocado na simples categoria de lepra social [...], tudo o que discrepasse dessa linha vesânica seria inculcado de subversivo [...]. Assim, a defesa do interesse nacional passava a ser crime perigoso” (2010, p. 367). Por outra parte, José Wilson da Silva⁷ relata o seguinte em sua autobiografia, *O tenente vermelho*:

⁶ Os militares graduados correspondiam aos soldados, taifeiros, marinheiros, cabos, sargentos, subtenentes e suboficiais. Estes militares estão na base da hierarquia militar e também podem ser chamados de praças. Os oficiais eram os aspirantes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis, contra-almirantes, generais, almirantes, brigadeiros, marechais e marechais do ar. In: POSTOS e graduações. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

⁷ Este autor fazia parte do grupo de militares que partilhavam das ideias nacionalistas aqui enunciadas. No momento do golpe tinha o posto de 2º tenente do Exército Brasileiro e era vereador pelo PTB, na cidade de Porto

O Movimento Nacionalista passou a defender os minérios estratégicos e todas as riquezas do subsolo como propriedades da Nação e não susceptíveis de ser explorado por empresas estrangeiras [...]. O oficial ou sargento que se posicionasse defendendo as teses nacionalistas era afastado de comandos, transferido para unidades longínquas, criando dificuldades para sua carreira (2011, p. 205).

Diante desse contexto, não se deve desconsiderar, também, a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) dentro das Forças Armadas (mesmo que em menor escala). A partir da década de 1950, este partido passou a defender a ideia de revolução dividida em duas etapas; a primeira, anti-imperialista e antifeudal, contaria com o apoio da burguesia nacional não atrelada ao capital externo, que teria a função de colaborar com a industrialização do País. Essa seria uma etapa obrigatória para um processo revolucionário que, sem recorrer à luta armada, alcançaria a segunda etapa: o socialismo (GORENDER, 2014). Conforme o capitão reformado, José Wilson da Silva, Jefferson Cardim manteve ligações políticas com o PCB (2011, p. 172).

Observa-se assim que, a primeira etapa da revolução defendida pelo PCB se aproximava das ideias do PTB, que apesar de não ter como objetivo a revolução socialista, defendia as Reformas de Base. Estas previam ajustes no sistema educacional, financeiro, agrário e estudantil brasileiro, além da nacionalização de setores considerados estratégicos para o País, como a exploração do petróleo. Em função desta aproximação de ideias entre os dois partidos, no que diz respeito às reformas e as nacionalizações, militares como Jefferson Cardim passaram a ser perseguidos dentro das Forças Armadas, considerados pela DSN, “subversivos” e traidores da pátria.

Destaca-se que no início dos anos 60, o Brasil sofria os efeitos de uma grave crise econômica que afetou a conjuntura política nacional, provocando a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de Presidente da República, em 1961. Diante desse quadro, um grupo de militares, liderados pelos três ministros militares se uniu na tentativa impedir a posse do vice-presidente João Goulart, do PTB, que naquele momento realizava uma viagem oficial à República Popular da China. Também se constituiu outro grupo, formado principalmente de militares do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, que se contrapôs a esses setores, aderindo a um movimento radiofônico, organizado pelo ex-governador Leonel Brizola, com o objetivo de garantir a posse de Jango.

A Campanha da Legalidade, como ficou conhecida essa mobilização, garantiu a posse de João Goulart na presidência, ao mesmo tempo em que projetou a figura de Leonel Brizola

Alegre. Teve uma relação muito próxima com o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, também do PTB, tanto no Brasil quanto no Uruguai (país onde se encontravam na situação de exilados, após o Golpe Civil-Militar de 1964).

no cenário político nacional. Assim, Brizola se tornou a principal liderança política da chamada esquerda nacionalista, centrada no anti-imperialismo. Além da liderança que teve na Campanha da Legalidade, seus atos administrativos como governador refletiam ideias que eram consideradas mais radicais dentro do PTB, inclusive quando comparadas com João Goulart, tido como um moderado. Além da estatização de empresas de telefonia e de energia elétrica, que eram controladas por empresas estadunidenses, o governo de Brizola se notabilizou pelo início de uma reforma agrária e pelo grande investimento em educação (VAINFAS, 2007).

O movimento também evidenciou as divergências ideológicas existentes dentro das Forças Armadas. Nesse sentido, parte dos militares, alinhados as ideias da esquerda – pecebista, petebista ou nacionalista – defenderam a posse de João Goulart, como determinava a Constituição brasileira. Tal grupo era constituído majoritariamente por sargentos e um número reduzido de oficiais, entre os quais se encontrava o então coronel do Exército, Jefferson Cardim. Sodré avaliou da seguinte forma a adesão dos militares ao movimento:

[...] Verificara-se, e isso estava o novo, que a massa de oficiais não se dispunha mais a acompanhar golpes de cúpula apenas pela obediência. A recusa, que começou em casos isolados, e que logo se generalizou, de comandantes de unidades, apressadamente presos ou substituídos, e de grupos inteiros de oficiais, em cumprir as ordens, evidentemente ilegais, emanadas dos três ministros subversivos, criava um fato novo, que constituía perigosíssima ameaça ao aparelho militar em uso, e sempre usado para golpes brancos, repousando na cega obediência. Isto não era o mais sério, porém. Porque o mais sério, o que faria tremer a cúpula militar [...], estava na posição dos sargentos. Durante toda a crise, e nas três Forças Armadas, em episódios escandalosos, os sargentos [...], manifestaram a firme vontade de desobedecer, por terem entendido que obedecer, no caso, era ir contra o país e contra o povo (2010, p. 457).

Diante dessa divisão interna, vários militares graduados e oficiais que participaram da Campanha da Legalidade foram acusados de quebra de hierarquia e disciplina interna. Por essa razão, passaram a sofrer variadas formas de perseguições dentro dos quartéis, com penalidades que iam desde prisões até transferências para unidades militares existentes em outras regiões do Brasil. Essas punições persistiram após a posse de João Goulart. Entre os militares punidos estava Jefferson Cardim, detido em 1961, acusado de participação nesse movimento.⁸

Sobre os casos de perseguições aos militares durante o governo Goulart, Sodré faz uma observação para o que chama de uma “anomalia curiosa”, pelo fato de que os “vencidos pareciam vencedores”, pois “os militares que haviam assegurado à continuidade democrática

⁸ OSÓRIO, Jefferson Cardim de Alencar. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osorio-jefferson-cardim-de-alencar>>. Acesso em: 19 set. 2020.

passavam a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos [...]. A situação, ao que tais dados indicavam, era de vitória do golpe militar e não de derrota” (2010, p. 459). Nesse contexto, os setores das Forças Armadas alinhados ideologicamente à DSN, passaram a arquitetar o golpe que resultou na deposição de João Goulart, em 1964.

Após a instauração da Ditadura Civil-Militar de SN no Brasil, esses setores das Forças Armadas, baseados nas diretrizes da DSN, decretaram Atos Institucionais que permitiram ao aparelho repressivo estatal empregar a violência fora dos limites institucionais, com o objetivo de aniquilar a oposição. Assim, os cidadãos que não concordavam com as mudanças impostas pelos militares aos setores econômico e educacional, por exemplo, eram considerados de forma genérica como “subversivos”, “comunistas” e “inimigos internos”. A esse respeito, Padrós acrescenta o seguinte:

A identificação de um “inimigo interno” que visava desestabilizar as relações do seu país com os EUA, produzindo mudanças, ratificou a necessidade de sua eliminação, enquanto foco de tensão. Tal situação implicou em introjetar, nos marcos nacionais, a realidade conflitiva da Guerra Fria. A defesa dos interesses estadunidenses na América Latina – sua zona de influência abalada desde 1959 – levou a superpotência capitalista a considerar a política interna de cada país da região como extensão da sua política externa, ou seja, os assuntos de segurança interna desses países passaram a ser entendidos como sendo da sua segurança. Sendo assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada (2005, p. 55).

Na fase pós-golpe, os militares identificados com as ideias de esquerda foram presos, expulsos ou desertaram das Forças Armadas. Vários desses militares, juntamente com o presidente deposto, João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ao lado de outras lideranças políticas e sindicais, se exilaram no Uruguai.⁹ Esse foi o caso também de Jefferson Cardim que, na época, já residia em Montevideú, em função dos serviços que prestava ao governo Jango, como diretor-técnico de uma companhia estatal brasileira.¹⁰ Após o fracasso dos planos para uma resistência ao golpe, Brizola se uniu a outros líderes exilados para articular um movimento armado¹¹ de oposição à ditadura recém-instaurada no Brasil.

⁹ Denise Rollemberg nomeou essas lideranças políticas e sindicais de primeira geração de exilados, se estabeleceram de forma prioritária no país vizinho, onde deram início a uma intensa atividade política, voltada, especialmente, para o combate à ditadura no Brasil (ROLLEMBERG, 1999).

¹⁰ Entrevista com José Wilson da Silva. Concedida a Bruno Marinho Trindade, em Porto Alegre, em 21.05.2019.

¹¹ As primeiras tentativas de luta armada lideradas por Brizola tinham a característica de levantes armados, com tomadas de quartéis que contariam com o apoio de ex-militares exilados e de militares da ativa no Brasil, além de civis. De acordo com Chagas, era algo “muito semelhante a um paradigma tenentista de ação política e militar” (2007, p. 80). Exemplo disso foi a Operação Pintassilgo, descoberta pelo governo brasileiro em novembro de 1964, após a prisão do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt. Outras tentativas semelhantes ocorreram até 1966, também sem êxito. Em função destas tentativas fracassadas de levantes, o grupo liderado por Brizola adotou uma nova estratégia de luta, que deu origem à chamada Guerrilha de Caparaó, instalada no Pico da Bandeira, região

O desenvolvimento desse projeto, porém, gerou divergências nesse grupo de exilados, o que resultou no afastamento de Jefferson Cardim e Leonel Brizola. José Wilson da Silva acrescentou que apesar de Cardim ser engajado na luta contra a ditadura, tinha como defeito não saber guardar segredo (2011, p. 172). Corroborando com esta afirmação, Moniz Bandeira acrescenta que o fato de Cardim ser casado com Rosa Lopetegui, irmã de um oficial da ativa do Exército Uruguaio, gerava a desconfiança de que, por meio dela, as informações dos planos de luta armada pudessem chegar ao conhecimento do governo brasileiro (2010, p. 372).

Em entrevista ao Coojornal, em 1978, Jefferson Cardim afirmou que Brizola “[...] era o chefe político do movimento” e que após se reunir com o ex-governador, em julho de 1964, “[...] tudo malogrou porque elementos brizolistas andavam fazendo críticas a minha pessoa. Resolvi me afastar”.¹² O ex-coronel acrescenta que alguns meses após o desentendimento com Leonel Brizola, os dois retomaram o contato com o objetivo de planejar um movimento armado no Rio Grande do Sul, que receberia apoio de unidades militares locais. Segundo Cardim:

Ele [Brizola] falou que precisava muito falar comigo [...]. Resolvi ir ao seu apartamento e ele me fez a colocação: ‘Jefferson, preciso muito de você porque eu estou vendo que os elementos que disponho não são suficientes e você é um homem de lutas’. Me disse que desejava iniciar o movimento [...]. Ainda tive mais três ou quatro encontros com ele. No último ficou bem claro que eu ia iniciar o movimento antes de completar um ano do golpe militar.¹³

A respeito dessas afirmações destaca-se que, o apoio dado por Leonel Brizola às ações do movimento que ficou conhecido como Guerrilha de Três Passos, em 1965, é ainda um ponto controverso. Tal movimento foi liderado por Cardim e o ex-sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, e partiu das cidades de Três Passos e de Tenente Portela, localizadas no interior do Rio Grande do Sul.¹⁴ Sob o comando de Cardim, o grupo armado de vinte e três pessoas, entre civis e ex-militares (alguns desses vindos do Uruguai), partiu em direção ao estado do Mato Grosso. Segundo Maciel, eles planejavam “tomar a Base Aérea de Campo Grande para se juntar às forças sob o comando do ex-coronel da Aeronáutica, Emanuel Nicoll, e acreditava que ainda haveria adesões ao longo do percurso” (2013, p. 79).

sudeste do Brasil. Baseada na teoria cubana do foco guerrilheiro, Caparaó não passou da fase de preparação, quando foi desarticulada pela ditadura, em 1967, após a prisão de todos os seus integrantes, em sua maioria ex-militares vindos do Uruguai.

¹² Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978, p. 21.

¹³ Idem.

¹⁴ Nessas duas cidades o grupo dominou os quartéis de a Brigada Militar – assim denominada a Polícia Militar no Rio Grande do Sul – e se apropriou das armas armazenadas naquelas guarnições. Em Três Passos, Jefferson Cardim também ocupou a Rádio Difusora e lançou um manifesto contra a Ditadura Civil-Militar.

Jefferson Cardim acusou Brizola de ter abandonado o grupo nos últimos instantes, quando já se encontravam na região onde dariam início às ações armadas. Sobre isto, afirma que “a traição dele foi ter mandado iniciar o movimento e depois ter-se arrependido e não colocar o plano em execução. Não sei por que, pois ele dizia que estava tudo cem por cento [...]. Ele se omitiu”.¹⁵ Além disso, vale destacar que, no diário de Jefferson Cardim, em meio às suas anotações feitas na época da travessia que fez na fronteira do Uruguai em direção ao Brasil, fica subentendido que Brizola teria participado da elaboração das ações armadas organizadas por seu grupo.¹⁶

De acordo com José Wilson da Silva, porém, as movimentações do grupo de Cardim teriam ocorrido de forma independente, devido ao crescente descontentamento com as atitudes de Leonel Brizola. Por essa razão, o dinheiro que financiou o grupo de Cardim teria vindo de outras lideranças políticas, como Darcy Ribeiro e João Goulart (2011, p. 174). Em depoimento ao jornalista José da Costa, Paulo Schilling¹⁷ corrobora essa informação, quando afirma que aquela ação foi uma “loucura”, pois “pegaram um caminhão, encheram de gente e resolveram fazer a revolução [...]” acrescentando que “o Jefferson ficou com ódio total de nós e resolveu se vingar. Foi logo preso e disse, em seu depoimento, que eu, o Brizola e o Dagoberto é que o havíamos mandado fazer aquilo” (2007, p. 311).

Independentemente de quem tenha dado a ordem para o desencadeamento do movimento armado, o fato é que nos meses anteriores Alberi Vieira dos Santos tentou fazer articulações com civis e militares – cassados e da ativa – no Brasil. Procurava arregimentar pessoas para um movimento armado que estava sendo preparado pelo grupo de Leonel Brizola, no Uruguai. Em um Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a Operação Três Passos, consta que o ex-sargento da Brigada Militar teria feito ao menos oito viagens clandestinas do Uruguai para o Rio Grande do Sul, em nove meses. Manteve contato com pessoas de pelo menos vinte cidades e em algumas delas se encontrou com antigos colegas de corporação.¹⁸ Alberi era um

¹⁵ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978, p. 21.

¹⁶ DIÁRIO do Coronel Jefferson Cardim. Documentos Revelados. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardin-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

¹⁷ Foi um dos líderes ligados a Brizola durante o exílio no Uruguai e participou das articulações para ações armadas no Brasil durante a ditadura. Nos anos anteriores ao golpe civil-militar, chefiou a assessoria agrária do governo de Brizola, quando este era governador do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012433_d0001de0002. pdf. CAPA DE ACE. Inquérito Policial Militar sobre a Emboscada Armada Jefferson. 20 de agosto de 1965.

dos chamados ‘pombos correios’ de Brizola, levando informações do Uruguai para o Brasil e vice-versa.

É provável, portanto, que inicialmente estas articulações estivessem ligadas a Leonel Brizola e que em algum momento o ex-governador e Jefferson Cardim tenham discordado quanto à data em que seria iniciado o movimento armado no Brasil. Certo é que o ex-coronel seguiu a mesma estratégia de luta defendida por Brizola, ou seja, do desencadeamento de um movimento armado a partir da tomada de quartéis no Rio Grande do Sul. Como acrescenta Chagas, se o grupo de Jefferson Cardim agiu de forma autônoma – o que é mais provável – “o fato é que os protagonistas do evento histórico estavam intimamente ligados ao ex-governador gaúcho” (2007, p. 60).

O grupo do ex-coronel, porém, foi surpreendido pelo Exército, próximo ao município de Capitão Leônidas Marques, no Paraná, e acabou se desarticulando, após a prisão de seus integrantes e dos dois principais líderes da Guerrilha de Três Passos: Jefferson Cardim e Alberi Vieira dos Santos. Cardim foi condenado pelo Superior Tribunal Militar (STM) a dez anos de prisão e permaneceu, segundo o seu filho, Jefferson Osório, “incomunicável durante muitos anos”.¹⁹ Na prisão, Cardim, sofreu torturas físicas e psicológicas.

No ano de 1968, Jefferson Cardim, que se encontrava preso em Curitiba, no 5º Regimento de Obuses (5º RO), estabeleceu contato com um militar da ativa que se posicionava contra a ditadura. Conforme Jefferson Osório, na época com 15 anos, ao entrar em contato com seu pai, foi informado que ele “estava tendo um relacionamento muito bom com um cabo desse quartel, chamado Victor [Papandreu] e que esse cabo tinha tendências socialistas e que estava querendo ajudá-lo”.²⁰ Com o apoio de Victor, do filho e do ex-major do Exército, Joaquim Pires Cerveira, Cardim conseguiu fugir da prisão, no final de 1968.

Após a fuga, Jefferson Cardim se asilou na representação diplomática mexicana, localizada no Rio de Janeiro. Depois de partir para o México, o ex-coronel realizou viagens a países da América, África e Europa, com o objetivo de organizar um grupo de exilados que, posteriormente, voltariam ao Brasil para retomar a luta armada. Cardim, entretanto, enfrentou dificuldades para colocar tal projeto em andamento, como ressaltou em suas memórias: “quis novamente convencer os asilados brasileiros – que eram mais de cem em Santiago – a entrar na luta, mas não tive êxito; alguns estavam com a família, outros estavam trabalhando. E faltou dinheiro, o que é fundamental”. Durante uma viagem ao Uruguai, Cardim contatou o ex-presidente João Goulart:

¹⁹ OSÓRIO, Jefferson. *Dep. cit.*

²⁰ *Idem.*

Eu procurei o João Goulart. Pedi permissão a ele para usar a fazenda de Tacuarembó – ficava próxima da fronteira com o Brasil – como campo de treinamento para aqueles rapazes, estudantes, que chegavam do Brasil. Nesta época, início dos anos 70, saia muita gente do Brasil. Meu plano era ir aglutinando esse pessoal, nada de imediato. Ele disse que eu o procurasse em seu apartamento, esquivou-se e depois eu senti que ele estava apavorado com a proposta. Não consegui mais falar com ele.²¹

A partir desse relato, constata-se que João Goulart não aceitou conceder uma de suas propriedades para que Jefferson Cardim treinasse táticas de guerrilha com ativistas exilados no Uruguai. Tal negativa, porém, não impediu o ex-coronel de tentar estabelecer vinculações com outros líderes políticos exilados, visando à retomada da luta armada em território nacional. Além de lideranças brasileiras, Cardim se aproximou no período em questão, de militantes da esquerda uruguaia reunidos no MLN-T.

Jefferson Cardim e o *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (MLN-T)

O MLN-T, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), o *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP), o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), assim como as organizações de luta armada brasileiras, foram fundados no decorrer dos anos 60, por militantes descontentes com a posição adotada pelos Partidos Comunistas (PCs) do Uruguai, Chile, Argentina e Bolívia que, seguindo orientações da União Soviética, defendiam a existência de um setor progressista na burguesia local, com os quais a esquerda poderia se aliar para dar início a primeira fase do movimento revolucionário, denominada de democrática nacional. Para tais grupos, entretanto, essa classe tinha como único aliado econômico e político, o capital estadunidense, fato que inviabilizaria uma aproximação com a esquerda.

Diante desse cenário, a aliança da esquerda latino-americana só poderia ser articulada com os trabalhadores – operários e camponeses – e os setores marginalizados da sociedade. Nesse ponto, tais organizações também divergiam dos PCs, que consideravam os operários agentes praticamente exclusivos das transformações sociais, descartando o apoio dos setores miseráveis porque eles se encontravam afastados do sistema produtivo, devido à falta de qualificação profissional. Na interpretação desses grupos, no entanto, os pobres poderiam integrar o movimento revolucionário, desde que participassem de cursos de formação política e tática de guerrilhas.

²¹ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coorjornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978, p. 21.

Tais organizações também defendiam a necessidade de partida imediata para a luta armada, tratando o socialismo como uma perspectiva do presente e não do futuro. Esse posicionamento político refletia o próprio contexto histórico do período, marcado por uma acentuada crítica a democracia liberal e ao capitalismo, responsabilizados pela situação de alijamento político e miséria em que vivia a maior parte da população na América Latina. Ou seja, tais grupos surgiram a partir do desejo manifestado por alguns setores de promover mudanças radicais nessas sociedades, que ganhou força nos anos 60, com a eclosão da Revolução Cubana e de movimentos anticoloniais na África e na Ásia.

Pode-se afirmar assim que, as reformas implantadas na América Latina nos anos 50, não foram capazes de atender as novas exigências do capitalismo. A crise econômica gerada por esse processo ocasionou arrocho salarial e aprofundou as dificuldades econômicas na cidade e no campo, aumentando o clima de descontentamento social. Os operários, camponeses, trabalhadores rurais sem terras e moradores das áreas de periferia, ao não terem suas demandas por empregos, terras, habitação, saúde e educação atendidas pelo Estado, começam a apoiar propostas mais radicais de mudanças na sociedade.

Nesse cenário, os trabalhadores rurais uruguaios paralisaram suas atividades no começo da década de 1960, com o objetivo de protestar contra a difícil situação financeira a qual estavam submetidos no campo, atribuída principalmente a falta de incentivos do governo federal. Tais mobilizações ganham força política, porque passam a receber o apoio de partidos e grupos de esquerda concentrados em Montevidéu, que se posicionam na defesa desse movimento. Em 1964, os sindicatos que representam os setores grevistas se unem para fundar a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) e, em 1965, o líder dos Trabalhadores da Indústria Açucareira, Raúl Sendic, se alia a outros setores de esquerda para fundar o MLN-T (TORRES, 2012).

Constata-se que a classe dominante uruguaia, ao invés de buscar soluções para a crise econômica, estabelecendo uma linha de diálogo com os trabalhadores rurais em greve, formou uma frente de empresários e grandes proprietários rurais, dispostos a apoiar candidatos a presidência, que garantissem a instauração de medidas repressivas mais severas contra esses movimentos. Com o apoio da direita, o general da reserva, Oscar Gestido, assumiu a presidência do Uruguai em 1966, falecendo no ano seguinte. Tal fato permitiu que Jorge Pacheco Areco se tornasse o novo presidente do país, realizando um governo marcado pela utilização progressiva de métodos de violência ilegal, como a tortura, contra os setores de oposição. Essas práticas tornam-se possíveis com a decretação das chamadas *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS):

A utilização das *Medidas Prontas de Seguridad* (MPS), leis de exceção constitucionalmente previstas para situações de emergência, tornou-se corriqueira e extrapolou os limites legais que as permitiam. Sob o seu efeito, se procurou desarticular as mobilizações populares que se opunham ao arrocho salarial implantado pelo governo através de medidas de congelamento salarial e a anulação de reajuste salarial devido, em época de significativa inflação. As MPS, nesse sentido, se tornaram instrumento imprescindível para impor uma política econômica baseada no congelamento salarial e no combate à reação do movimento operário (PADRÓS, 2011, p. 3).

Observa-se que a instauração das MPS não impediu o aumento do clima de revolta social, que além dos trabalhadores, passou a abranger também setores médios. Essa conjuntura impulsionou o MLN-T a intensificar suas operações armadas no meio urbano, particularmente em Montevidéu, que concentrava a maior parte da população uruguaia. Em síntese, pode-se afirmar que a organização se caracterizava, em primeiro lugar, pela defesa da luta armada como a única capaz de promover mudanças econômicas, políticas e sociais de caráter estrutural. Em segundo lugar, por defender que as organizações armadas deveriam se unir e formar um movimento revolucionário de caráter regional.

Tais características, ao que tudo indica, motivaram Jefferson Cardim a buscar o apoio do MLN-T para colocar em andamento seus planos de retomar a luta armada no Brasil. A liderança que Cardim exerceu na Guerrilha de Três Passos e o fato de ter saído do País após a fuga da prisão, em 1968, o tornaram um dos alvos do aparelho repressivo montado pela ditadura brasileira, com o objetivo de monitorar seus “inimigos internos” no exterior. O caso do ex-coronel era ainda mais grave, porque além de subversivo, era considerado um traidor das Forças Armadas e da própria nação brasileira, por ter sido um militar que trocou as fileiras do Exército pelas da esquerda nacionalista.²²

Na interpretação de Padrós, a ênfase na manutenção da disciplina e da hierarquia institucional foram compromissos que se fizeram presentes não apenas nas Forças Armadas do Brasil, como também nos demais países do Cone Sul²³, nas décadas de 1960 e 1970. Esses foram utilizados, na medida em que transcorriam as ditaduras de SN na região, para “diluir” as

²² Em um documento confidencial reproduzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), é dado um destaque para aqueles militares brasileiros que, nas décadas de 1930 e 1960, teriam colaborado com o “[...] Movimento Comunista Internacional para a tomada do Poder”. Sobre o contexto de 1964, o nome de Jefferson Cardim aparece em uma lista com outros nomes de militares que “[...] tiveram atuação destacada na torpe, vil e infame tentativa de entregar o Brasil e todos nós, nas mãos do comunismo internacional”. Desta forma, este documento informativo tem um objetivo pedagógico, uma vez que, relega aos militares como Jefferson Cardim a condição de traidores e criminosos, sendo, por isso, “[...] punidos com a reforma compulsória ou demissão das Forças Armadas, além de responderem penalmente pelos crimes que tivessem praticado”. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/br_an_bsb_vaz_122_0067.pdf. O comunismo Internacional e suas tentativas de tomada do poder no Brasil. 23 de dezembro de 1974.

²³ Compreende os países do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

responsabilidades dos atos arbitrários praticados no período na própria corporação e evitar futuras deserções. Os militares que não aderiram ou se posicionaram contra essas diretrizes, se tornaram alvos do aparato repressivo, fato que culminou, em alguns casos, na chamada “queima de arquivo”, pois “a quebra do compromisso corporativo condena os desertores à condição de traidores, antipatriotas; pior, traidores entre camaradas de armas, fato imperdoável” (2005, p. 96).

Cabe destacar também que o Uruguai, no começo dos anos 70, não era mais o território seguro que a primeira onda de brasileiros no exílio encontrou após o golpe. Com a chegada de Jorge Pacheco Areco ao poder executivo do país, em 1967, a repressão passou a atingir a esquerda uruguaia, mas também os brasileiros estabelecidos no país vizinho. Assim, o governo uruguaio, ao mesmo tempo em que restringia as liberdades democráticas internas, se aproximava da ditadura brasileira, com as quais passou a compartilhar informações sobre a comunidade de exilados, numa interação que permitiu a repressão de opositores políticos nos dois lados da fronteira.

Nessa perspectiva, as atividades políticas de Jefferson Cardim no Uruguai, particularmente em relação aos contatos mantidos com o MLN-T, eram monitoradas pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX). Os objetivos do órgão de segurança com essa vigilância era acabar com as possibilidades do ex-coronel empreender movimentos armados no Brasil e impedir o estabelecimento de redes políticas com a esquerda uruguaia. Para exemplificar essa assertiva tem-se o caso do informe produzido pelo CIEX em 1970, relatando a presença de Cardim em Montevidéu, tentando manter contato com a “organização terrorista” *Tupamaros*, por meio do proprietário da editora Sandino, Rubem Montes de Ola.²⁴

Jefferson Cardim, durante entrevista ao Coojornal, afirmou ter viajado ao Uruguai no começo de 1970, para manter contato com o ex-presidente João Goulart e um médico que pertencia à cúpula do MLN-T. Durante uma reunião com militantes *Tupamaros* em Montevidéu, o ex-coronel foi informado que o dirigente Raúl Sendic, recebeu orientação de Leonel Brizola para não prestar nenhum tipo de colaboração a Cardim.²⁵ Constata-se assim que o afastamento entre Brizola e Cardim, que começou em função de desentendimentos

²⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.2, p. 26/42. Asilados brasileiros no Uruguai. Jefferson Cardim de Alencar Osório. Ligações com Tupamaros. 05 de fevereiro de 1970.

²⁵ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

relacionados à Guerrilha de Três Passos, se manteve na década seguinte, ao ponto do ex-governador interferir nos contatos mantidos entre o ex-coronel e a esquerda uruguaia.

De acordo com o CIEX, o MLN-T não seguiu as orientações de Leonel Brizola, fornecendo auxílio financeiro para que Jefferson Cardim viajasse para a Argélia e o Chile. Em contrapartida, o ex-coronel devia entregar uma mensagem dos *Tupamaros* ao governo argelino.²⁶ A respeito da viagem de Cardim para esses países, os agentes do CIEX informaram o seguinte:

1. JEFFERSON CARDIM de ALENCAR OSÓRIO teria, em ABR/70, entrado em contato em Montevidéu com elemento da organização terrorista uruguaia “TUPAMAROS”, a fim de obter recursos para a viagem a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, para levantamento das possibilidades locais, com vista ao lançamento do movimento de guerrilha. 2. Para essa viagem, que estaria prevista para a segunda quinzena de MAI/70 e abrangeria Chile, Guiana Francesa (Caiena), Venezuela, Argélia e Cuba, o marginado teria solicitado aos “TUPAMAROS” cinco mil dólares, oferecendo em contrapartida facilidades para contatos com o Governo argelino, com vista a venda de armas a organização terrorista uruguaia. 3. Dos primeiros contatos entre JEFFERSON e o elemento TUPAMARO, realizados em meados de ABR/70, teria sido acordado que o citado TUPAMARO acompanharia JEFFERSON na viagem, oferecendo aquele, facilidades para contato na Venezuela com a FALN.²⁷

Um dos responsáveis pelo repasse de tais informações era o agente do CIEX, Alberto Conrado, infiltrado entre as organizações de esquerda brasileiras no exílio que, entre outras atividades, vigiou as ações de Jefferson Cardim. O filho do ex-coronel, Jefferson Osório, durante depoimento prestado aos consultores da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2013, confirmou essa vigilância: “depois papai voltou [...] para Montevidéu e conheceu o Alberto Conrado, uma figura que se dizia de esquerda, [...] e esse cara viajou com meu pai a várias partes do mundo”. Osório chamou a presença para a circulação desse agente do CIEX na comunidade de brasileiros exilados na capital uruguaia:

O senhor Ivo Magalhães que foi da casa civil do Dr. João Goulart, o Jango comprou um hotel na cidade velha e o Dr. Ivo ficou sendo o diretor desse hotel. Esse hotel, além de prestar serviços normais de hotelaria ele recebia pessoas fugidas do Brasil, estudantes, pessoas do partido comunista que estavam fugindo do governo militar e ficavam lá hospedadas de graça. Era um hotel bonito, um dos mais bem vistos na época, e o Dr. Jango comprou a vista. O Alberto Conrado também passava nesse hotel para conhecer pessoas, ele

²⁶ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos. Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

²⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 18/26. Refugiados brasileiros no Uruguai. Jefferson Cardim de Alencar Osório. “Tupamaros”. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

fazia toda essa rota, o único lugar que ele não teve acesso foi a casa do Dr. Brizola em Atlântida e a residência do Dr. João Goulart, tanto no bairro de Vila Beart, Montevideu, como na fazenda do Dr. João Goulart, que era impossível entrar, lá tinha muito segurança, muita gente fazendo uma peneira para saber quem podia entrar, ou não, então ele não tinha acesso ao Jango e ao Brizola. Agora as pessoas que viviam em volta, que faziam parte do ciclo de amizade deles, ele teve acesso.²⁸

Constata-se assim que, o jornalista uruguaio Alberto Conrado, utilizando os pseudônimos de “Altair”, “Zuleica”, “Johnson” e “Carlos Silveira”, atuava como agente infiltrado do CIEX na esquerda exilada. Um relatório de oitocentas e doze páginas, produzidos por esse órgão de segurança informa, por exemplo, que em outubro de 1970, Conrado realizou uma viagem aos países da Espanha, Argélia e Cuba, financiado pelo ex-coronel e o MLN-T: “Quanto ao financiamento [...], os Tupamaros forneceram passagem através de Navillac no percurso MVD/MADRID/MVD; O percurso MADRI/ARGEL/MADRID teria sido pago por Jefferson Cardim [...]”.²⁹ Cabe ressaltar que, de acordo com o CIEX, o Dr. Rubem Navillac seria o contato de Cardim e de Conrado no MLN-T:

1. O Dr. RUBEN NAVILLAC, integrante da organização terrorista “TUPAMAROS” teria declarado a ALTAIR que, após a viagem dele NAVILLAC à Argélia, achava ser conveniente que ALTAIR permanecesse na Argélia como representante dos “TUPAMAROS” naquele país. 2. De qualquer modo, NAVILLAC teria a intenção de enviar ALTAIR proximamente ao Chile, para “contatos políticos”. 3. Em 18/NOV/70 JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO deveria contatar NAVILLAC, a fim de dar conta da missão que cumpriu em Cuba para a organização terrorista “TUPAMAROS”.³⁰

O monitoramento das atividades de Jefferson Cardim resultou em sua prisão na Argentina, em 12 de dezembro de 1970. Assim, no início de dezembro, Conrado emitiu um comunicado ao aparato repressivo brasileiro no qual informava o nome do filho e do sobrinho que acompanhariam Cardim na viagem, bem como a data e o veículo que utilizaria para se deslocar do Uruguai até o Chile. Depois da prisão dos três exilados em Buenos Aires, o agente transmitiu um relatório com os dados que os policiais argentinos haviam obtido durante os seus interrogatórios.³¹ Jefferson Osório afirmou que após terem sido presos, os três foram levados à sede da polícia federal argentina, onde foram interrogados e torturados:

²⁸ OSÓRIO, Jefferson. *Dep. cit.*

²⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/ Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 26/812. Controle de fonte. Altair. 02 de outubro de 1970.

³⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/ Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 14/812. Viagem de JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO à Argélia e Cuba. Contato com “Tupamaros”. 18 de novembro de 1970.

³¹ Arquivo Nacional Brasília DF/ Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno. 812 páginas.

Nós fomos levados para o subsolo da polícia federal argentina em Buenos Aires, ficava no 4º piso inferior abaixo da terra [...]. Cada um de nós ficou em uma cela e cada um de nós era torturado em determinado momento, eu ouvi berros do meu pai e do meu primo, quando eu ia eles ouviam também meus berros. Isso aconteceu durante 4 dias seguidos, se a gente descansou 3, 4 horas por dia foi muito, comigo em particular eles pediam para eu falar, e eu acabei falando, falei carioca fechado, aí inventei um monte de nomes, eles falavam que meu pai comprou arma e não comprou nada [...]. [Eu] não sabia o que ia acontecer com a gente.³²

A prisão de Jefferson Cardim em Buenos Aires, no final de 1970, foi uma das primeiras ações conjuntas realizadas pelos serviços secretos do Brasil e da Argentina, evidenciando que o ato de cruzar as fronteiras de um país para outro não significava que o cidadão estivesse em segurança e a salvo da violência estatal. Pode-se afirmar que, nesse período, o aparato repressivo uruguaio, argentino e brasileiro estabeleceram conexões, com o objetivo de atingir seus inimigos internos, em território nacional e no exterior. Tal prática caracterizou a aplicação do TDE, mesmo que guardando particularidades entre si, por todos os países do Cone Sul, nas décadas de 1960 e 1970.

Considerações finais

Conclui-se, a partir dos dados analisados até o momento, que a trajetória política do ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim, marcada pela participação na Campanha da Legalidade, em 1961, e na Guerrilha de Três Passos, em 1965, chamou a atenção da ditadura de SN brasileira, que interpretou suas atividades políticas como perigosas à manutenção da ordem. Por tais razões, após a fuga e a partida de Cardim para o exílio, a ditadura designou agentes do CIEX para monitorar suas atividades no exterior. Em 1970, a aproximação entre o ex-coronel e o MLN-T no Uruguai foi acompanhada pelo agente Alberto Conrado, pois havia a preocupação do aparato repressivo com a retomada da luta armada no Brasil e o estabelecimento de uma rede de solidariedade entre militantes de esquerda brasileiros e uruguaios, que poderia resultar na formação de um movimento revolucionário de abrangência regional.

Constata-se que, embora a conexão repressiva entre as ditaduras de SN do Cone Sul tenha se tornado um evento oficial somente no ano de 1975, com o estabelecimento formal da Operação Condor, desde o início da década de 1970, os serviços secretos desses países mantinham relações de colaboração e troca de informações com o objetivo de atingir opositores políticos no exílio. Jefferson Cardim e seus familiares conseguiram sobreviver à operação

³² OSÓRIO, Jefferson. *Dep. cit.*

clandestina montada pelos serviços secretos do Brasil e da Argentina, em Buenos Aires, no final de 1970.

Porém, em contrapartida, outros brasileiros exilados foram presos em situações semelhantes na capital da Argentina e encontram-se até hoje desaparecidos. Entre esses pode-se citar Edmur Péricles Camargo (1971), Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita (1973), Onofre Pinto, Joel José de Carvalho, Gilberto Faria Lima, José Lavecchia, Daniel de Carvalho, Enrique Ruggia e Victor Ramos (1974).

REFERÊNCIAS

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8ª ed. São Paulo: UNESP, 2010.

CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 70**. Niterói: UFF, 2007. Tese (Doutorado em História) – PPG-História/UFF, Niterói, 2007.

COMBLIN, Josep. **A ideologia de Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, José Caldas. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DA SILVA, José Wilson. **O tenente vermelho**. 4ª ed. Porto Alegre: Age, 2011.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

MACIEL, Wilma Antunes. Militares de esquerda: participação política e engajamento na luta armada. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, v. 7, n. 9, p. 64-91, 2013.

PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG- História/UFRGS, Porto Alegre, 2005. 2 t.

_____. Uruguai: o Pachecato e a escalada autoritária no final dos anos 60. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TORRES, Osvaldo. **Democracia y Lucha armada: MIR y MLN-Tupamaros**. Santiago: Pehuén, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. **Revolução e democracia (1964-...)**. V. 3. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.